

1. Introdução

O orçamento e as grandes opções do plano para 2026, foi construído seguindo as regras previsionais definidas, assim como, sobre uma base consolidada de equilíbrio das contas do Município.

As receitas dos impostos e taxas, foram calculadas tendo por base a média dos últimos 24 meses, com exceção do IMI, o qual foi calculado com base na liquidação do VPT de todos os prédios conforme informação retirada do Portal da Autoridade Tributária, do IMT que, para além da média, teve em consideração os imóveis que se esperam transacionar derivados das novas urbanizações, e que darão um incremento extraordinário, o que já se verificou no ano de 2025.

As taxas de construção, para além da média, apresentam um montante derivado de um acréscimo de 30% por via da atualização das tabelas de taxas.

As receitas provenientes da venda de bens e prestação de serviços, por uma questão de prudência, também foram apuradas tendo por base o mesmo princípio, com exceção das receitas do consumo de água que têm em consideração a atualização do preçário.

As transferências provenientes do Orçamento de Estado estão de acordo com os montantes aprovados.

As verbas consideradas no âmbito da descentralização nas áreas da educação, saúde e ação social, têm igual reflexo no lado da despesa.

As transferências de capital, evidenciam as verbas referentes a Fundos Comunitários já aprovados e com correspondência nas despesas orçamentadas.

Os passivos financeiros, refletem os montantes de empréstimos de médio e longo prazo já contratualizados e não utilizados.

Todos estes empréstimos, têm o correspondente reflexo na despesa de investimento.

Os ativos financeiros, refletem o montante a receber via SMTCB para liquidação da amortização referente aos empréstimos contratados para aquisição dos 60 autocarros e do posto de abastecimento.

As despesas com pessoal estão de acordo com o mapa de pessoal apresentado, para além do reflexo dos montantes previstos para alterações obrigatórias e facultativas do posicionamento remuneratório, assim como, do subsídio de refeição, engloba o montante total a pagar com massa salarial, no âmbito da descentralização na área da educação e saúde.

Com base no atrás descrito, o orçamento e as grandes opções do plano para 2026, no valor de 140.231.560 €, é inferior ao orçamento atual de 2025 em 1,45%.

Este orçamento, assegura o princípio do equilíbrio orçamental formal, material e da regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.

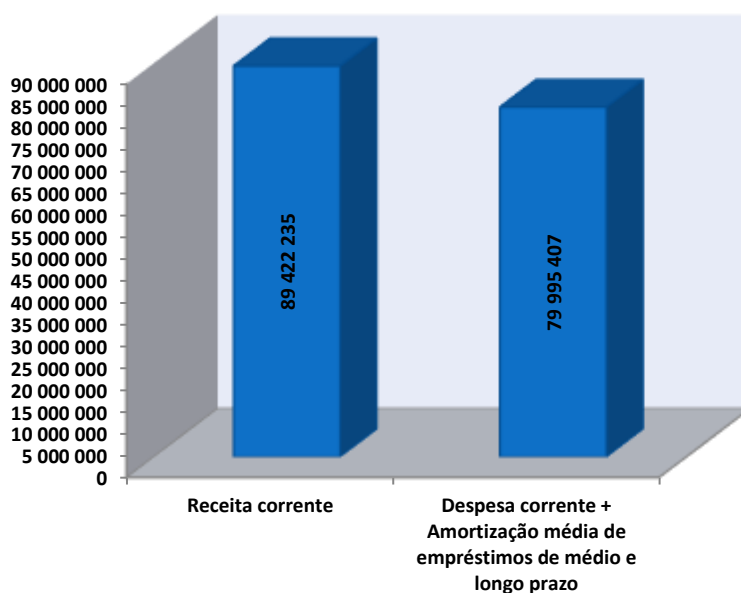
2. Equilíbrio Orçamental

Quadro n.º 1 – Demonstração do equilíbrio orçamental

Equilíbrios orçamentais	2026	Cumprimento	Enunciado da regra
Receita total / Despesa total	100,00%	sim	O orçamento prevê recursos necessários para cobrir todas as despesas
Receita corrente / Despesa corrente	117,56%	sim	As receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes
Receita corrente bruta / (Despesa corrente + Amortização média empréstimos de médio e longo prazo)	111,78%	sim	A receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos, igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo

Conforme demonstrado no quadro n.º 1, o orçamento para 2026, assegura o equilíbrio orçamental de acordo com a legislação em vigor, isto é, as receitas correntes, cobrem as despesas correntes acrescidas da amortização média dos empréstimos (3.927.692 €) de acordo no Regime Financeiro das Autarquias Locais).

Gráfico n.º 1 – Equilíbrio orçamental



3. O Orçamento

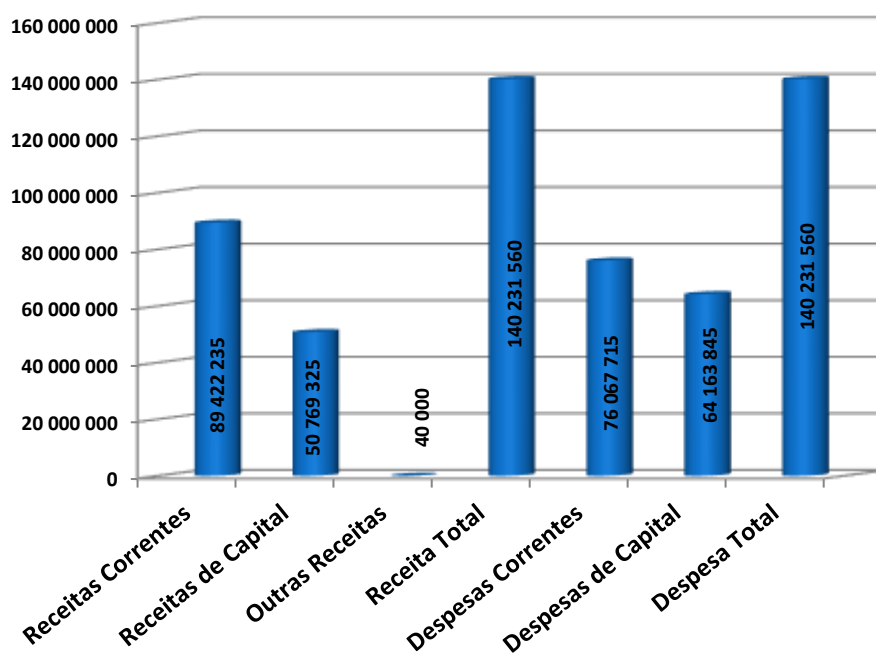
O Orçamento para 2026, no montante de 140.231.560 €, apresenta um decréscimo de 1,45 %, ou seja, 2.067.415 €, de valor absoluto, face ao atual orçamento de 2025.

Quadro n.º 2 – Síntese do orçamento do ano 2026

(Em Euros)

RECEITAS	VALOR		%		DESPESAS	VALOR		%	
	2026	2025	Δ s/ 2025	S/ Total		2026	2025	Δ s/ 2025	S/ Total
CORRENTE					CORRENTE				
01 Impostos Directos	23 471 590	23 537 205	-0,28%	26,25%	01 Pessoal	33 685 840	32 177 975	4,69%	44,28%
Imposto Municipal s/ Imóveis	11 911 830	11 295 000	5,46%	50,75%	02 Aquisição de Bens e Serviços:	32 514 350	29 495 244	10,24%	42,74%
Imposto Único de Circulação	1 850 775	1 806 600	2,45%	7,89%	Aquisição de Bens	2 228 150	2 193 740	1,57%	6,85%
Imposto Municipal s/ Transmissões	8 842 545	9 512 020	-7,04%	37,67%	Aquisição de Serviços	30 286 200	27 301 504	10,93%	93,15%
Derrama	865 440	922 585	-6,19%	3,69%	03 Juros e Outros Encargos:	1 242 635	938 405	32,42%	1,63%
Impostos abolidos (CA + SISA)	1 000	1 000	0,00%	0,00%	De Empréstimos de M/L Prazo	1 000 000	750 000	33,33%	80,47%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	5 230 500	6 340 955	-17,51%	5,85%	De Empréstimos de C/Prazo	100	50 100	-99,80%	0,01%
05 Rendimentos de Propriedade	433 670	250 280	73,27%	0,48%	De Locação Financeira	3 100	7 500	-58,67%	0,25%
06 Transferências Correntes	37 606 187	29 894 164	25,80%	42,05%	Outros Juros	239 335	130 705	83,11%	19,26%
Finanças Locais (FEF + FSM + IRS + IVA)	19 540 826	17 002 894	14,93%	51,96%	Outros Encargos Financeiros	100	100	0,00%	0,01%
Fundo Financiamento da Descentralização	15 884 090	11 781 145	34,83%	42,24%	04 Transferências Correntes:	8 094 010	7 487 907	8,09%	10,64%
IMT Jovem	1 120 935	500 000	124,19%	2,98%	Juntas de Freguesia	2 602 940	2 409 995	8,01%	32,16%
Outras Entidades	1 060 336	610 125	73,79%	2,82%	Serviços Municipalizados	163 000	163 000	0,00%	2,01%
07 Venda de Bens e Serviços	21 028 878	17 465 740	20,40%	23,52%	CIM	50 000		100,00%	0,62%
Venda de Bens	4 494 634	4 742 220	-5,22%	21,37%	A.N.M.P.	7 200	7 085	1,62%	0,09%
Venda de Água	4 493 634	4 742 120	-5,24%	99,98%	Área Metropolitana de Lisboa	532 490	532 490	0,00%	6,58%
Restantes Bens	1 000	100	900,00%	0,02%	Associação p/ Const. Sist. Abast. Água Alta	18 450	18 450	0,00%	0,23%
Serviços	15 099 444	11 267 645	34,01%	71,80%	Clubes, Colectividades e Outras Entidades	2 368 465	2 445 351	-3,14%	29,26%
Rendas	1 434 800	1 455 875	-1,45%	6,82%	Escolas	1 406 585	1 068 129	31,69%	17,38%
08 Outras Receitas Correntes	1 651 410	601 050	174,75%	1,85%	Bombeiros	571 000	530 760	7,58%	7,05%
					Serviços Sociais	145 000	110 000	31,82%	1,79%
					Agência Regional de Energia	79 325	80 492	-1,45%	0,98%
					Outras transferências	2 000	2 000	0,00%	0,02%
					Famílias	147 555	120 155	22,80%	1,82%
					06 Outras Despesas Correntes	530 880	863 150	-38,50%	6,56%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	89 422 235	78 089 394	14,51%	63,77%	TOTAL DESPESAS CORRENTES	76 067 715	70 962 681	7,19%	54,24%
CAPITAL					CAPITAL				
09 Venda de Bens de Investimento:	264 125	168 770	56,50%	0,52%	07 Aquisição de Bens de Capital	47 054 490	49 009 869	-3,99%	73,33%
Terrenos	256 335	162 920	57,34%	97,05%	Terrenos	100	100	0,00%	0,00%
Habitacões			0,00%	0,00%	Habitacões	4 290 275	3 499 580	22,59%	9,12%
Equipamento de Transporte	7 690	5 750	33,74%	2,91%	Edifícios	14 949 855	14 770 059	1,22%	31,77%
Maquinaria e Equipamento	100	100	0,00%	0,04%	Construções Diversas	21 559 225	23 504 985	-8,28%	45,82%
10 Transferências de Capital:	23 503 279	20 503 994	14,63%	46,29%	Material de Transporte	0	0	0,00%	0,00%
Finanças Locais (FEF + art.º 35.º Lei 73/2013)	2 572 559	2 725 479	-5,61%	10,95%	Equipamento de informática	485 770	551 960	-11,99%	1,03%
Outras Comparticipações da Adm. Central e Local	496 693	656 858	-24,38%	2,11%	Software Informático	2 271 735	2 320 435	-2,10%	4,83%
Programas Comunitários + PRR	20 434 027	17 121 657	19,35%	86,94%	Equipamento Administrativo	1 305	117 720	-98,89%	0,00%
11 Ativos financeiros	2 000 000	6 481 900	-69,14%	3,94%	Equipamento Básico	288 140	391 615	-26,42%	0,61%
12 Passivos financeiros	24 991 921	33 839 962	-26,15%	49,23%	Outros Investimentos	3 182 985	3 771 475	-15,60%	6,76%
13 Outras Receitas de Capital:	10 000	10 000	0,00%	0,02%	Locação Financeira	25 100	81 940	-69,37%	0,05%
					08 Transferências de Capital	13 856 255	16 939 000	-18,20%	21,60%
					Juntas de Freguesia	100	40 000	-99,75%	0,00%
					Serviços Municipalizados	13 268 155	16 241 500	-18,31%	95,76%
					Clubes, Colectividades e Outras Entidades	388 000	457 500	-15,19%	2,80%
					Bombeiros	200 000	200 000	0,00%	1,44%
TOTAL RECEITAS CAPITAL	50 769 325	61 004 626	-16,78%	36,20%	09 Activos financeiros	0	0	0,00%	0,00%
OUTRAS RECEITAS					10 Passivos financeiros	3 253 100	5 387 425	-39,62%	5,07%
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	40 000	40 000	0,00%	100,00%	Amortização Empréstimos C/ Prazo	100	2 500 000	-100,00%	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	3 164 955	-100,00%	0,00%	Amortização Empréstimos M/L Prazo	3 241 315	2 870 000	12,94%	99,64%
Na posse do Serviço	0	1 612 485	-100,00%	0,00%	Amortização Empréstimos Habitação Social	11 685	17 425	-32,94%	0,36%
Na posse do Serviço - Consignado	0	1 552 470	-100,00%	0,00%	11 Outras Despesas Capital			0,00%	0,00%
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	40 000	3 204 955	-98,75%	0,03%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	64 163 845	71 336 294	-10,05%	45,76%
TOTAL GERAL	140 231 560	142 298 975	-1,45%	100,00%	TOTAL GERAL	140 231 560	142 298 975	-1,45%	100,00%

Gráfico n.º 2 – Síntese do orçamento



Receita

A receita orçamentada para o exercício de 2026 regista um decréscimo de 1,45 % em relação ao ano anterior.

As receitas correntes apresentam um aumento de 14,51 %, as de capital uma diminuição de 16,78 % e as outras receitas uma redução de 98,75 %.

Gráfico n.º 3 – Decomposição da receita

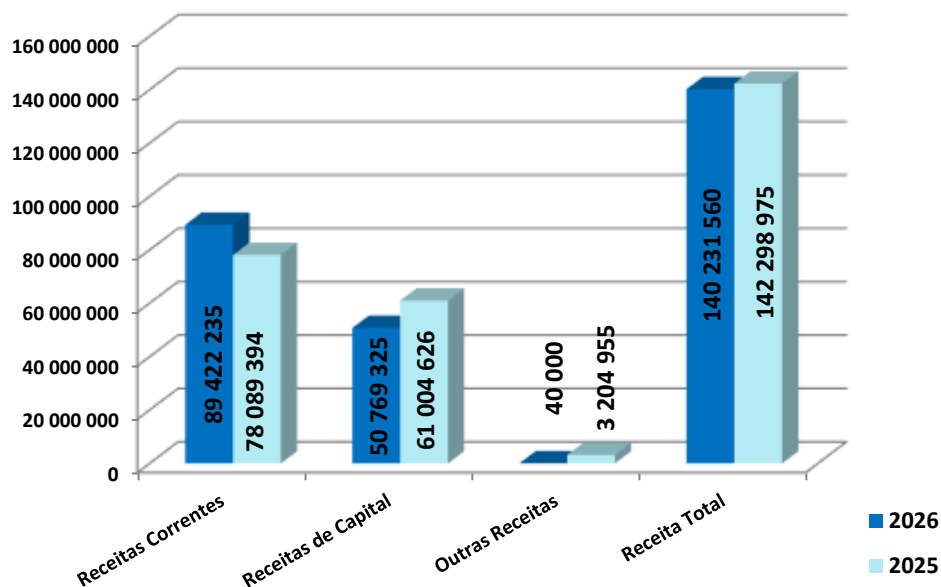
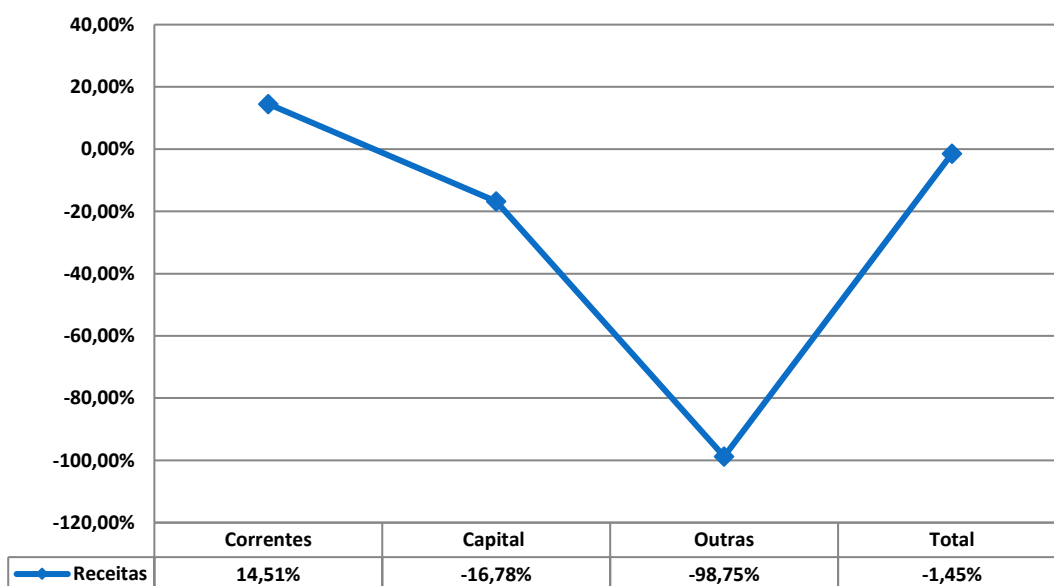


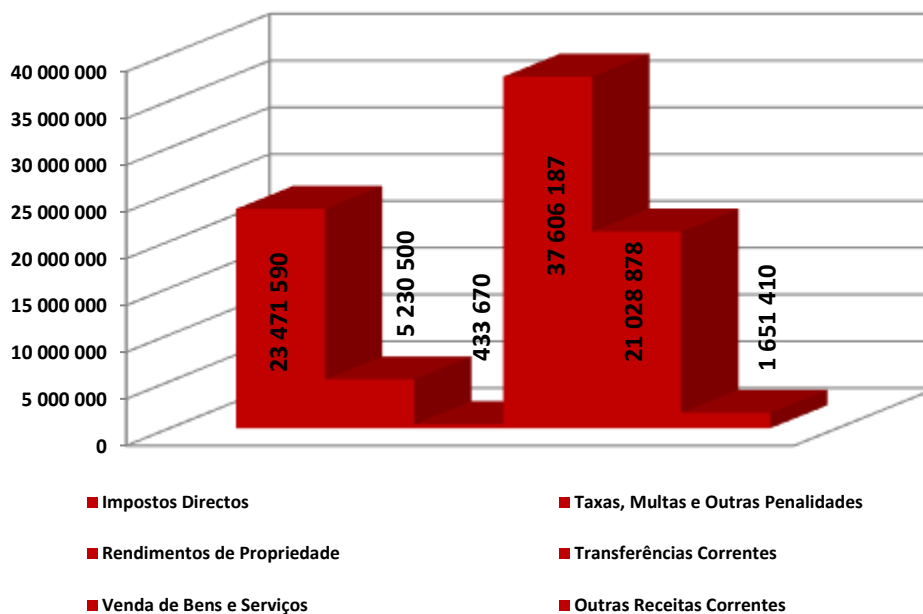
Gráfico n.º 4 – Evolução da receita



As receitas correntes são responsáveis por 63,77 % das receitas totais e apresentam um acréscimo de 14,51 % em relação ao ano anterior.

O total das receitas correntes é superior às despesas correntes em 17,56 % (vide ponto 2 – Equilíbrio orçamental).

Gráfico n.º 5 – Decomposição da receita corrente

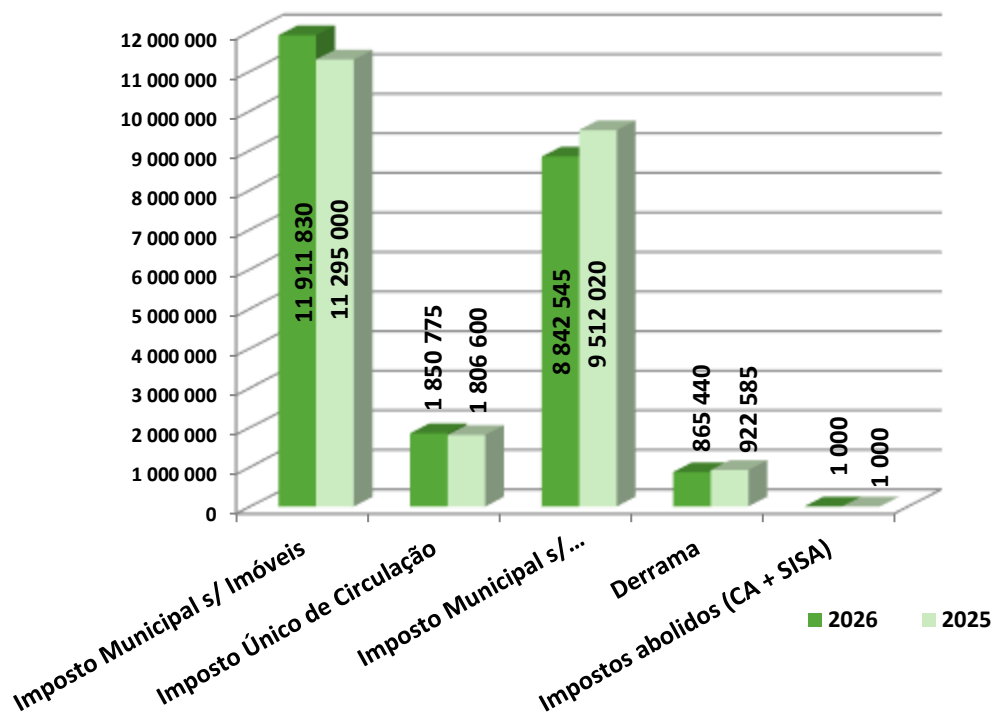


O valor dos impostos directos reflete, a média recebida nos últimos 24 meses. A este montante, aumentou-se 1.486.830 no IMI com base na liquidação do VPT de todos os prédios conforme informação retirada do Portal da Autoridade Tributária e 1.436.625 no IMT, uma vez que, considerou-se os imóveis que se esperam transacionar derivados das novas urbanizações, e que tal como em 2025, espera-se um incremento significativo em 2026.

Esta rubrica, representa 26,25 % da receita corrente e 16,74 % do total do orçamento, tem como sua componente central o I.M.I., com um peso de 50,75 %, seguido do I.M.T. com 37,67 %, do I.U.C. com 7,89 %, e da derrama, com 3,69 %.

Apresenta, um decréscimo de 0,28 % face ao orçamento de 2025.

Gráfico n.º 6 – Evolução dos impostos diretos



A rubrica de taxas, multas e outras penalidades, com uma contribuição de 5,85 % no total das receitas correntes apresenta uma diminuição de 17,51% face ao orçamento de 2025.

O principal valor desta rubrica, refere-se às taxas de construção e à receita proveniente da taxa a pagar pela Setgás pela utilização do subsolo.

Os rendimentos de propriedade constituem 0,48 % do total das receitas correntes da autarquia. Nesta rubrica, está considerado o montante de 406.666 € a transferir pelos SMTCB para a Câmara Municipal para fazer face aos juros a liquidar no decurso de 2026 pelos empréstimos para aquisição dos 60 autocarros e posto de abastecimento e dos 40 autocarros elétricos.

As transferências correntes são compostas pelas verbas que o município recebe com origem no Orçamento de Estado, do fundo de descentralização e de outros financiamentos obtidos quer junto da Administração Central quer de Fundos Europeus.

Esta rubrica, face ao ano anterior, aumenta 25,80 %.

Globalmente, representam 42,05 % das receitas correntes e 26,82 % do total do orçamento, representando a maior fonte de receita da Câmara Municipal do Barreiro.

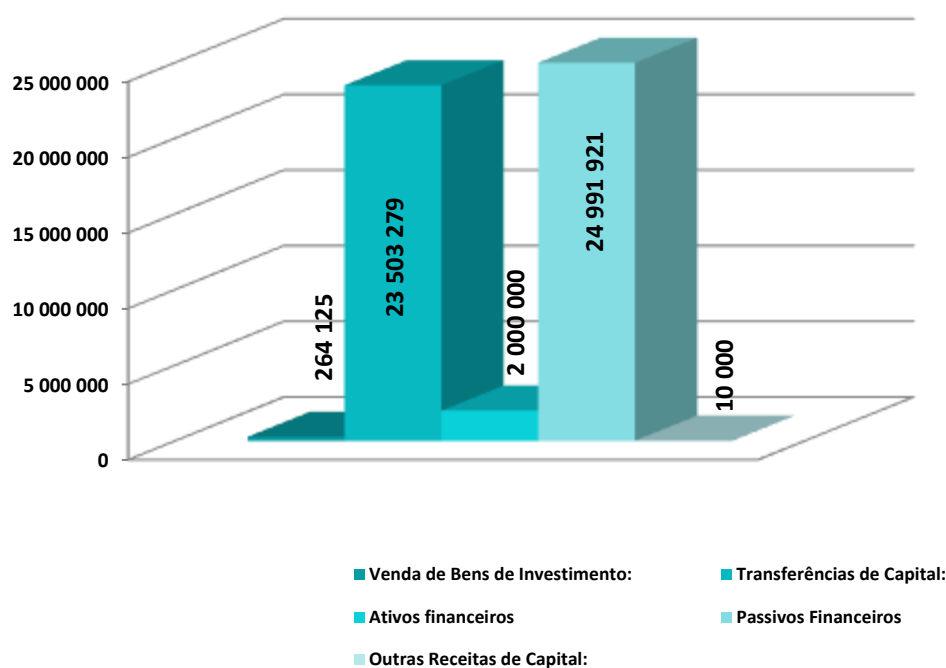
A venda de bens e serviços desagrega-se, no essencial, nas componentes de venda de água (21,37%), de serviços (71,80%) e rendas (6,82 %). Representa 23,52 % das receitas correntes, apresentando um aumento de 20,40 % face ao ano anterior.

Este aumento, deriva, essencialmente, da atualização do tarifário da água.

A rubrica de outras receitas correntes, reveste um carácter residual apresentando um peso de 1,85 % do total das receitas correntes.

As receitas de capital, representando 36,20 % do valor global do orçamento, diminuem 16,78 % em relação ao orçamento de 2025.

Gráfico n.º 7 – Decomposição das receitas de capital



O valor da venda de bens de investimento, foi calculado de acordo com a média das vendas dos últimos 36 meses, de acordo com a legislação em vigor.

As transferências de capital, que representam 46,29 % do total das receitas de capital, têm como principal componente, os montantes previstos receber referentes a fundos comunitários, com um peso de 86,94 % no seu total.

Nestes, o grande aumento, verifica-se por via das verbas provenientes do PRR, no montante de 19.467.925 €.

As transferências do Orçamento de Estado representam 10,95 % do total desta rubrica.

Os ativos financeiros, incluem o montante a receber via SMTCB, para liquidação da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos para aquisição dos 60 autocarros e do posto de abastecimento.

Os passivos financeiros, incluem os empréstimos já contratualizados e não utilizados, nomeadamente o empréstimo para reabilitação do Barreiro Velho, Nó de Santo António, Piscina dos Fidalguinhos, Torralta e EB 1 da Telha Nova e dos 40 autocarros elétricos.

As outras receitas, apresentam um valor residual no total do orçamento, uma vez que, ainda não está considerado o saldo da gerência, a apurar após o encerramento das contas de 2025.

DESPESA

A despesa regista uma diminuição de 1,45 % face ao ano anterior.

As despesas correntes apresentam um aumento de 7,19 %, enquanto as de capital diminuem 10,05 %.

Neste orçamento, estão consideradas todas as verbas necessárias ao normal funcionamento da autarquia, incluindo encargos com o pessoal, rendas, comunicações, energia, seguros e outros contratos. Foram, igualmente, considerados, os juros dos empréstimos de médio e longo prazo, de contratos de *leasing* e ainda as transferências a efetuar para as Juntas de Freguesia e para os Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro.

As despesas de capital, por sua vez, traduzem os encargos com investimentos, designadamente empreitadas, intervenções de conservação e reparação, obras com financiamento assegurado e ainda amortizações de empréstimos de curto, médio e longo prazo, contratos de *leasing*, transferências para as Juntas de Freguesia e para os Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro.

Nas despesas, estão igualmente consideradas, todas as verbas provenientes quer do processo de descentralização, independentemente da sua natureza, assim como, as verbas para fazer face aos investimentos no âmbito do PRR.

Gráfico n.º 8 – Comparação da despesa

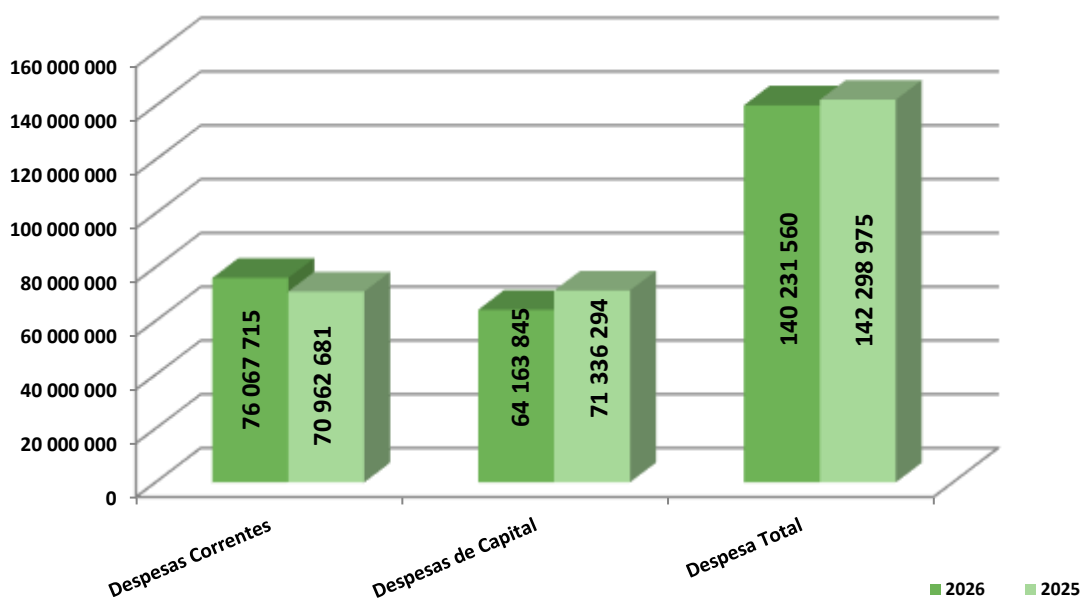
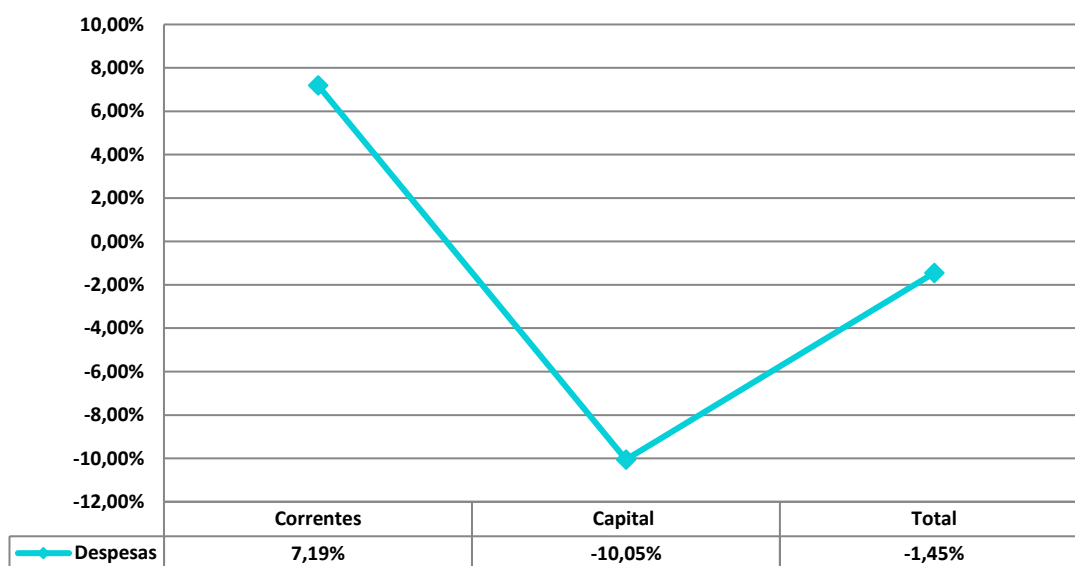
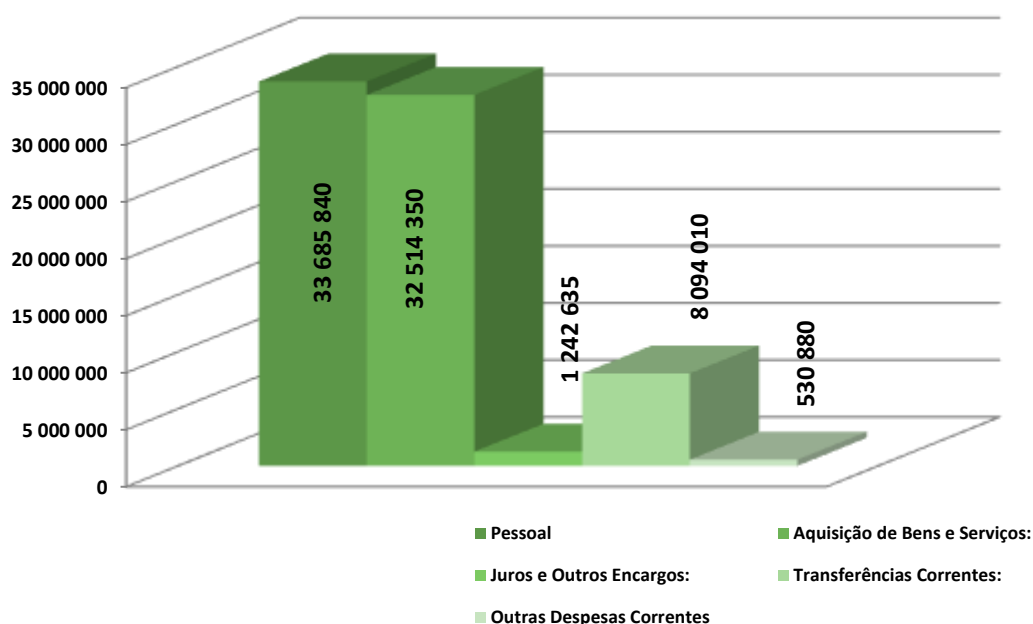


Gráfico n.º 9 – Evolução da despesa



As despesas correntes representam 54,24 % do orçamento global e registam um acréscimo de 7,19 % em relação ao ano anterior.

Gráfico n.º 10 – Decomposição da despesa corrente



As despesas com pessoal com um peso de 44,28 % da despesa corrente e 24 % no total do orçamento, apresentam um aumento de 4,69 % face ao montante de 2025.

Este aumento, para além do reflexo dos aumentos salariais e progressões nas carreiras, assim como, do subsídio de refeição, engloba o montante total a pagar com massa salarial, no âmbito da descentralização na área da saúde e ação social.

No seu valor consideram-se, além dos salários e respetivos abonos, os valores a pagar à Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, para além da verba prevista para novas contratações. Com um aumento de 10,24 % relativamente ao ano anterior, as aquisições de bens e serviços representam cerca de 42,74 % das despesas correntes.

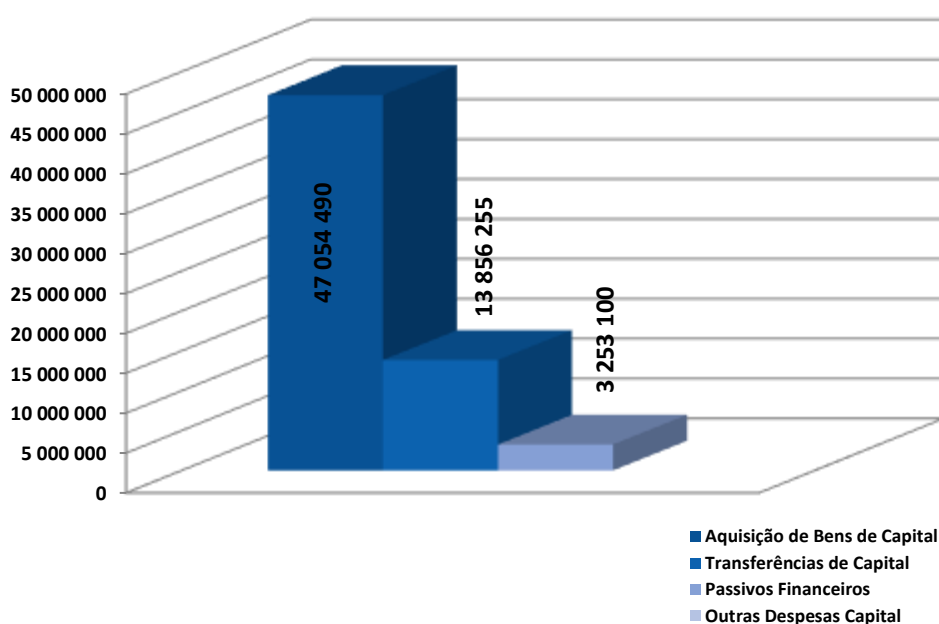
Os juros e outros encargos financeiros a liquidar pelo Município decorrentes de empréstimos de médio e longo prazo, contratos de locação financeira e juros de mora, apresentam, este ano, um acréscimo de 32,42 % face a 2025, por via da utilização dos novos empréstimos acima referenciados.

As transferências correntes associam-se a compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia, SMTCB, AIA, AML, clubes, escolas, bombeiros, coletividades e outras entidades. No seu montante, está considerada a contribuição do Município do Barreiro para a Área Metropolitana de Lisboa no âmbito da Autoridade de Transportes e Mobilidade.

Inclui ainda, as verbas a transferir no âmbito da descentralização nas áreas da educação e ação social.

As despesas de capital, representam cerca de 45,76 % do total do orçamento e registam um decréscimo de 10,05 % em relação ao ano anterior.

Gráfico n.º 11 – Decomposição da despesa de capital



A aquisição de bens de capital representa 73,33 % da despesa de capital e apresenta no orçamento de 2026, um decréscimo de 3,99 % face a 2025.

As suas principais componentes são os Edifícios e as Construções Diversas com um peso de 31,77 % e 45,82 %, respetivamente.

As transferências de capital abrangem as verbas de investimento que o município prevê efetuar para os SMTCB, clubes, escolas, bombeiros, coletividades e outras entidades.

A rubrica de ativos financeiros engloba o montante a receber dos SMTCB referente às amortizações do empréstimo para aquisição dos 60 autocarros e posto de combustível.

Os passivos financeiros concentram o valor das amortizações a pagar pelos empréstimos de médio e longo prazo contraídos, estando o seu valor em linha com o enviado pelas instituições financeiras.

4. As Grandes Opções do Plano

As grandes opções do plano, assentes sobre um horizonte plurianual, assumem-se como elemento estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia.

Integram-nas o plano plurianual de investimentos e o plano de atividades mais relevantes.

No plano plurianual de investimentos inserem-se os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos, enquanto no plano das atividades mais relevantes estão todos os projetos e ações merecedores de particular destaque e cujo desenvolvimento é promovido através de despesas orçamentais correntes e outras de capital que não se encontrem incluídas no capítulo 07 – aquisição de bens de capital.

É no somatório de todos os projetos e ações que compõem as grandes opções do plano, que encontram reflexo as atividades a desenvolver em cada ano.

Uma análise do documento apresentado para o exercício de 2026 permite afirmar que as grandes opções do plano apresentam um valor global definido de 90.428.525 € e um acréscimo de 14,47 % face ao ano anterior.

O plano plurianual de investimentos apresenta um valor de 47.054.490 € representando 52,14 %, enquanto as atividades mais relevantes com um valor de 43.194.035 €, representam 47,86 % do total das G.O.P.

Enquanto objetivos com maior peso nas grandes opções do plano destacam-se:

- a) Dinamizar a ação social e a intervenção sócio – cultural, com um peso de 42,99 % e um decréscimo de 0,04 %. Neste objetivo, estão consideradas as ações que permitem a concretização da reabilitação do Bairro Alves Redol e Escola 6, da reformulação da circulação da Santinha, das USF dos Fidalguinhos, Quinta da Lomba e Eça de Queiroz, das Escolas de Santo António da Nova Piscina dos Fidalguinhos, para além da reabilitação de fogos ao abrigo do 1.º direito.

Inclui ainda as verbas provenientes do processo de descentralização nas áreas da educação, saúde e ação social.

Mantém-se uma forte aposta na cultura, desporto, educação, assim como, na ação social escolar.

- b) Gestão económico – financeira e administrativa mais eficaz, com 19,26 %, sendo este valor em grande parte influenciado pela amortização dos empréstimos de médio e longo prazo, assim como, pelos encargos a suportar em 2025 com encargos de cobrança, seguros, limpeza das instalações e eletricidade, entre outros.

- c) O objetivo 05 – Melhorar a mobilidade e acessibilidades, com um peso de 18,69 %, no total das GOP, apresenta um aumento de 389,19 %.

Neste objetivo, para além do apoio aos SMTCB, está previsto o arranque da empreitada do Nó de Santo António, assim como, a transferência para os SMTCB do montante referente à aquisição dos 40 autocarros elétricos.

- d) Promover a melhoria do ambiente e a qualidade de vida, que com um peso de 7,37 % no total das GOP, apresenta um acréscimo de 36,42 % face a 2025.

Neste objetivo, está prevista o início das obras das Bacias de Retenção da Penalva, para além da requalificação dos terrenos da Torralta e reabilitação do Antigo Teatro Cine e a requalificação de logradouros.

- e) Gestão do território como suporte do desenvolvimento sustentável, com um peso de 4,67 % do total das GOP, apresenta um decréscimo de 30,67 % face a 2025.

Neste objetivo, está considerado o montante para a conclusão da 1.ª fase da obra de requalificação do Barreiro Velho, assim como, o início das obras da 2.ª fase.

- f) O objetivo 01 – Reforçar a participação, democracia e cidadania, apresenta um peso de 5,28 % e um aumento de 12,47 % face a 2025.

- g) Os restantes objetivos apresentam um peso residual no total das Grandes Opções do Plano.

Quadro n.º 3 - Evolução das grandes opções do plano

(Em Euros)

OBJECTIVOS		DOTAÇÃO		%	
		2026	2025	Δ s/ 2025	S/ Total
01	Reforçar Part., Democ. e Cidadania	4 761 040	4 233 195	12,47%	5,28%
02	Contribuir Dinam. Emp. Desenv. Económico	799 435	1 413 215	-43,43%	0,89%
03	Promover Melhoria Ambiente Qualidade Vida	6 646 975	4 872 609	36,42%	7,37%
04	Gestão Território Suporte Desenvolvimento Sustentável	4 216 980	6 082 410	-30,67%	4,67%
05	Melhorar a Mobilidade e as Acessibilidades	16 864 000	3 447 350	389,19%	18,69%
06	Dinamizar Acção Social e Intervenção Sócio - Cultural	38 799 500	38 813 604	-0,04%	42,99%
07	A Segurança das Populações	782 930	776 665	0,81%	0,87%
08	Gestão Econ - Financeira e Administrativa mais Eficaz	17 377 665	19 198 090	-9,48%	19,26%
TOTAL		90 248 525	78 837 138	14,47%	100,00%

Gráfico n.º 12 – Estrutura das Grandes Opções do Plano

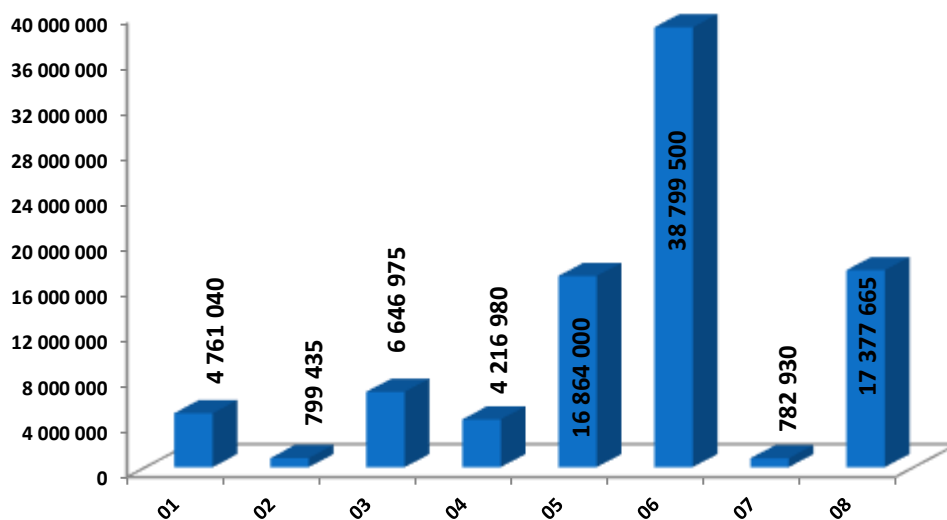
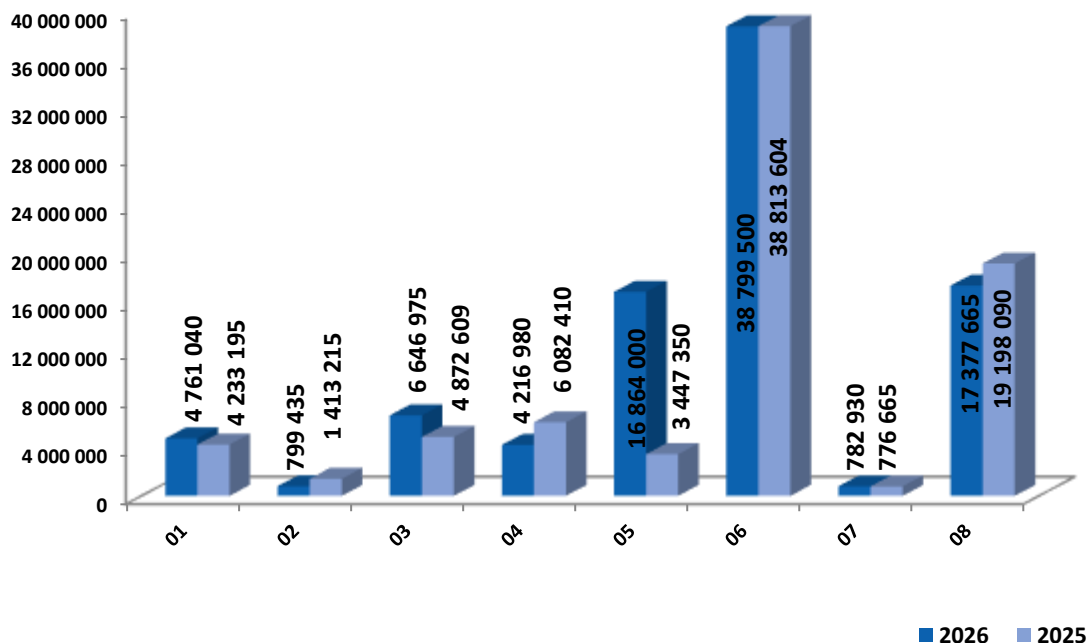


Gráfico n.º 13 – Comparação das Grandes Opções do Plano



Quadro n.º 4 - Composição das grandes opções do plano

17

(Em Euros)

OBJECTIVOS		GOP			%			
		PPI	AMR	Total	PPI		AMR	
					Total Obj.	Total Global	Total Obj.	Total Global
01	Reforçar Part., Democ. e Cidadania	2 228 100	2 532 940	4 761 040	46,80%	4,74%	53,20%	5,86%
02	Contribuir Dinam. Emp. Desenv. Económico	698 290	101 145	799 435	87,35%	1,48%	12,65%	0,23%
03	Promover Melhoria Ambiente Qualidade Vida	6 554 085	92 890	6 646 975	98,60%	13,93%	1,40%	0,22%
04	Gestão Território Suporte Desenvolvimento Sustentável	4 216 980		4 216 980	100,00%	8,96%	0,00%	0,00%
05	Melhorar a Mobilidade e as Acessibilidades	2 847 345	14 016 655	16 864 000	16,88%	6,05%	83,12%	32,45%
06	Dinamizar Acção Social e Intervenção Sócio - Cultural	27 313 730	11 485 770	38 799 500	70,40%	58,05%	29,60%	26,59%
07	A Segurança das Populações	8 710	774 220	782 930	1,11%	0,02%	98,89%	1,79%
08	Gestão Econ - Financeira e Administrativa mais Eficaz	3 187 250	14 190 415	17 377 665	18,34%	6,77%	81,66%	32,85%
TOTAL		47 054 490	43 194 035	90 248 525	52,14%	100,00%	47,86%	100,00%

Gráfico n.º 14 – Composição das Grandes Opções do Plano

